

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	11
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	12
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	15
2.7 Destinação de resultados	16
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	17
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	18
2.10 Planos de negócios	19
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	22
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	23
5.2 Descrição dos controles internos	36
5.3 Programa de integridade	40
5.4 Alterações significativas	43
5.5 Outras informações relevantes	44

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a evolução do resultado e a situação financeira da Companhia pela perspectiva da Administração. Os comentários constituem uma opinião sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com os dados apresentados, sendo que a Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (www.tim.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da TIM S.A entendem que a Companhia apresenta condição financeira e patrimonial saudável para implementar o seu plano estratégico e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

Condição Financeira	2022
Em milhões de reais	
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4.752
Dívida Bruta	17.055
Dívida Líquida	12.303
Dívida Líquida Ajustada	13.822
Lucro Líquido	1.671
EBITDA Ajustado	10.049
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	1,4

Notas:

(i) A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante e não circulante) e passivos de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta de maneira distinta ao calculado pela Companhia.

(ii) A Dívida Líquida refere-se ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante e não circulante) e passivos de arrendamento (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, arrendamentos (ativo circulante e não circulante) e instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira distinta ao calculado pela Companhia.

(iii) A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante e não circulante), passivos de arrendamento (circulante e não circulante), outros derivativos e obrigações relativas ao financiamento de licença 5G (conforme Demonstrações Financeiras – nota 37 seção Gestão de Capital), deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, arrendamentos (ativo circulante e não circulante) e instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante). A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira distinta ao calculado pela Companhia.

(iv) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pela depreciação e amortização e pelo resultado de equivalência patrimonial. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. O EBITDA Ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos dos fluxos de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

b. estrutura de capital

Os Diretores da TIM S.A entendem que a atual estrutura de capital da Companhia, apresenta níveis conservadores de alavancagem condizente com seu planejamento estratégico e objetivos de longo de prazo. O Índice de Alavancagem, (a razão da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido) em 31 de dezembro de 2022:

Índice de Alavancagem	2022
Em milhões de reais	
Dívida Bruta	17.055
Patrimônio Líquido	25.397
Dívida Bruta / Patrimônio Líquido	67,2%

Nota: A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante e não circulante) e passivos de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta de maneira distinta ao calculado pela Companhia.

O Índice de Endividamento Geral evidencia o equilíbrio da Companhia nas fontes de financiamento de ativos, capital próprio vs. capital de terceiros. Adicionalmente, a preocupação da Companhia em manter uma estrutura de capital que suporte as necessidades do negócio é refletida no perfil da dívida, apontada pelo Índice de Composição de Endividamento.

Índices de Estrutura de Capital	2022
Endividamento Geral (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Passivo Total	55,0%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante))	42,3%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas operacionais e dívidas contraídas. Entende-se que o capital de giro é suficiente para as exigências atuais, assim como os recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades. A Diretoria da TIM S.A acredita, ainda, que a Companhia tem capacidade para contrair empréstimos para financiar suas atividades, se necessário.

Os índices de liquidez, que apontam a capacidade financeira da empresa para honrar os compromissos com terceiros, apresentam níveis controlados e compatíveis com os movimentos estratégicos adotados pela Companhia, conforme apresentado na tabela abaixo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índices de Liquidez	2022
Liquidez Imediata	
(Caixa e Equivalente de caixa e total de Títulos e valores mobiliários)/Passivo Circulante)	36,2%
Liquidez Corrente	
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	79,0%
Liquidez Seca	
(Ativo Circulante-Estoque) / Passivo Circulante	77,2%

Adicionalmente, outros indicadores, são utilizados para medir a cobertura das despesas financeira e da dívida bruta e ambos apontam para uma situação confortável da Companhia, conforme reportado abaixo:

- O EBITDA Ajustado no exercício de 2022 totalizou R\$ 10.049 milhões, enquanto o resultado financeiro líquido representou despesa financeira líquida de R\$ 1.439 milhões no referido exercício e a dívida bruta era de R\$ 17.055 milhões em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, o nível de cobertura do resultado financeiro, que mede a capacidade da Companhia cobrir o pagamento de despesas financeiras (EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro Líquido), era de 7,0 vezes em 31 de dezembro de 2022 e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA Ajustado (Dívida Bruta/EBITDA Ajustado) era de 1,7 vezes em 31 de dezembro de 2022.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento da Companhia em seus últimos exercícios sociais é a geração de caixa operacional, complementada por linhas de crédito de curto prazo com bancos locais e internacionais e financiamentos de longo prazo com agências de fomento nacionais e internacionais.

A Diretoria entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Os empréstimos da Companhia em aberto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados abaixo no item 2.1 subitem “f” deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos para financiamento de capital de giro que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para investimentos em ativos não circulantes no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Ao final de 2022 a Companhia apresentava um nível de endividamento de 1,4 vezes (Dívida Líquida Ajustada/ EBITDA Ajustado).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante e não circulante) e, passivos de arrendamentos (passivo e ativo, circulante e não circulante), outros derivativos e obrigações relativas ao financiamento de licença 5G (conforme Demonstrações Financeiras – nota 39 Instrumentos financeiros e gestão de riscos), deduzida do saldo de caixa, e equivalentes de caixa e, títulos e valores mobiliários, arrendamentos (ativo circulante e não circulante) e instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante), totalizando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 12.822 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as características dos empréstimos e financiamentos considerados relevantes

Descrição	Moeda	Encargos (a.a.)	Vencimento	Garantias	2022
Em milhares de reais					
BNDES (FINAME)	BRL	IPCA + 4,2283%	nov/31	Recebíveis da TIM S.A.	394.139
BNDES (FINEM)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	ago/25	Recebíveis da TIM S.A.	297.160
BNB	BRL	IPCA+ 1,2228% a 1,4945% a.a.	fev/28	Recebíveis da TIM S.A.	249.400
KFW Finnvera	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	jan/24 a dez/25		173.381
Debêntures (2ª Emissão)	BRL	IPCA + 4,1682%	jun/28		1.771.797
Scotia	USD	1,241% a 1,734% a.a.	abr/21 a abr/24		1.568.683
BNP Paribas	BRL	7,0907% a.a.	jan/24		515.265
Total:					4.969.825
Circulante					1.264.967
Não Circulante:					3.704.858

Linhas de Crédito						Montante utilizado até
Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	31 de dezembro 2022
Em milhares de reais						
BNDES (1)	TJLP	Mai/18	N/D*	1.090.000	778.595	311.405
BNDES (2)	TJLP	Mai/18	N/D*	20.000	12.190	7.810
FINAME (3)	IPCA	Mar/19	N/D*	390.000	0	390.000
BNB (4)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	503.351	249.128
Total	R\$			2.252.479	1.294.136	958.343

*Em processo de renovação

Objetivo:

- 1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- 2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- 3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional;
- 4) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

A TIM S.A possui operações de *swap*, com o objetivo de proteger-se dos riscos de variação cambial e de taxas em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*”.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 vencíveis de curto e longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Vencimento	Consolidado
Em milhares de reais	
2023	1.264.968
2024	1.282.496
2025	202.506
2026	698.866
2027	698.866
2028	659.624
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
2032	0
	4.969.825

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As instituições financeiras com as quais a Companhia possui relações estão descritas no subitem “i”, acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os financiamentos contratados junto ao BNDES foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A TIM S.A, vem atendendo integralmente aos índices financeiros definidos

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até março de 2022. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito “B” deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de IPCA mais juros de até 2,84% ao ano + spread conforme o prazo. Desembolsamos 100% da linha em novembro de 2021 com custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo de 10 anos. Esta dívida está totalmente protegida por swap com o custo pós hedge de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

96,95% do CDI. Em novembro de 2022 desembolsamos parte das linhas de crédito disponíveis nos subcréditos “A” e “C” deste contrato, no montante de R\$ 319 milhões com custo de TJLP + 1,95% a.a. e prazo de 2,8 anos. Este desembolso não tem swap de taxas.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como mutuário, uma nova linha de crédito no valor principal de R\$ 752 milhões, garantidos por fianças e recebíveis. O acordo tem um prazo total de 8 anos, sendo 3 de carência e 5 de amortização, para subsidiar o plano de Capex da empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) na região Nordeste. A Linha de Crédito é dividida em duas parcelas sendo: i) R\$325 milhões a IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R\$427 milhões a IPCA + 1,76% a.a. ou IPCA +1,48% considerando 15% de bônus de conformidade. Em maio de 2022 desembolsamos o montante de 249 milhões com custo pós-hedge médio de 69,02% do CDI, já considerando 15% de bônus de conformidade, e prazo de 5,9 anos.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Análise Geral do Resultado

Descrição	2022	A.V.	A/A%
Em milhares de Reais			
Receita líquida	21.530.801	-	19,2%
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	(10.655.981)	-	26,2%
Lucro bruto	10.874.820	50,5%	13,1%
Receitas (despesas) operacionais:	(7.714.904)	-	31,7%
Comercialização	(5.596.211)	72,5%	21,1%
Gerais e administrativas	(1.808.735)	23,4%	5,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(61.587)	0,8%	432,2%
Outras receitas (despesas), líquidas	(248.371)	3,2%	-149,9%
Lucro antes de receitas e despesas financeiras	3.159.916	14,7%	-15,9%
Receitas (despesas) financeiras:	(1.439.008)	-	120,4%
Receitas financeiras	1.318.948	-91,7%	20,8%
Despesas financeiras	(2.762.963)	192,0%	58,3%
Variações cambiais, líquidas	5.007	-0,3%	659,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.720.908	8,0%	-44,5%
Imposto de renda e contribuição social	(50.153)	-	-65,7%
Lucro líquido do exercício	1.670.755	7,8%	-43,5%

Receita Líquida

Ao final de 2022, a Receita Líquida Total atingiu R\$ 21.531, ante R\$ 18.058 em 2021, um crescimento de 19,2% A/A, resultado atingido a partir da contribuição de todas as principais linhas: (i) Receita de Serviços Móveis (+19,8% A/A) que teve como motores a aquisição dos ativos móveis da Oi e a estratégia da Companhia de monetizar a sua base de clientes; (ii) Receita de Serviço Fixo (+7,6% A/A), tendo como principal motor a expansão consistente da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) (+10,7% A/A); e (iii) Receita de produtos (+25,0% A/A), que apresentou forte resultado positivo devido a um melhor mix na venda de produtos e aos sucessos das parcerias e campanhas realizadas ao longo do ano.

O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques das operações são apresentados a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

seguir:

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 19,8%, A/A atingindo R\$ 19.594 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O desempenho é explicado pela chegada de clientes do processo de aquisição dos ativos móveis da Oi e de uma boa performance orgânica dos clientes dos serviços pré-pago e pós-pago. O ARPU (Receita Média por Usuário) atingiu R\$26,1 no ano de 2022, representando uma queda de 1,0%, impactada pela adição dos clientes oriundos da Oi, que possuíam um ticket médio inferior.

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 1.234 milhões, alta de 7,6% A/A, com as receitas vindas da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) sendo o grande motor dessa performance.

O crescimento da TIM UltraFibra, principal linha de receita do fixo, foi de 10,7% A/A, apresentando um ARPU de R\$ 95,0 no quarto trimestre (+4,3% A/A). O desempenho deve-se às seguintes estratégias: (i) contínua migração da base de FTTC para o FTTH, com foco na retenção dos clientes a partir da melhoria de percepção de qualidade; e (ii) rentabilização do cliente através de um portfólio de serviços mais atrativo para os usuários e de maior valor agregado para a Companhia – em dezembro, 77% dos clientes da base estavam em planos iguais ou acima de 100 Mbps.

Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas:

Os Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas totalizaram R\$ 10.656 milhões, apresentando um crescimento de 26,2% em relação ao ano de 2021. Esta dinâmica reflete principalmente (i) aumento dos custos do grupo Rede e Interconexão onde ficam registrados os gastos com o aluguel de infraestrutura de última milha em fibra ótica após a venda da participação de 51% na I-Systems¹ e (ii) aumento nos valores referentes a Depreciação e Amortização após a consolidação dos sites celulares e o respectivo registro dos contratos de arrendamento desses sites.

Receitas (despesas) operacionais:

As despesas operacionais somaram R\$ 7.715 milhões, um aumento de 31,7% *versus* o exercício anterior. Esta movimentação é explicada principalmente por: (i) aumento nos gastos com Comercialização que tiveram como consequência o registro do Contrato de Serviços Temporários (TSA) com a Oi e outros gastos com o aumento da base de clientes após o fechamento da transação com a Oi; e (ii) efeito do ganho extraordinário registrado no 4T21, oriundo da venda do controle da empresa I-Systems por R\$ 782,2 milhões.

Lucro antes de receitas e despesas financeiras:

Neste cenário, o Lucro antes das despesas financeiras totalizou R\$ 3.160 milhões com uma redução 15,9% comparado ao ano de 2021. A margem (relação entre este lucro e a Receita Líquida) ficou em 14,7%, uma contração de 6 p.p *versus* 2021.

¹ I-Systems foi criada em sociedade com a IHS Brasil em novembro de 2021 como uma provedora aberta de infraestrutura de fibra ótica. A transação envolveu a venda de 51% de participação para o novo sócio mediante o pagamento de R\$ 1,1 bilhão para TIM e um aporte de R\$ 600 milhões ao caixa da I-Systems.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R\$ 1.671 milhões, com a LPA de R\$ 0,70. Este resultado representou uma contração de 43,5% A/A, mais uma vez, em grande parte explicada por efeitos não recorrentes ligados aos processos de M&A que a Companhia realizou nos últimos dois anos. A margem líquida (relação entre o Lucro Líquido e a Receita Líquida) fechou em 7,8%, uma contração de pouco mais de 8 p.p quando comparado a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrativo de Fluxo de Caixa consolidado:

DESCRIÇÃO	2022	% A/A
Em milhões de reais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.429	-6,4%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimento	(8.620)	28,9%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.489)	374,5%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.680)	n.a.
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.229	103,0%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.549	-51,3%

O **Fluxo de Caixa Livre**, foi negativo em R\$ 2.680 milhões no exercício de 2022, influenciado de forma significativa pelos desembolsos relativos à compra dos ativos da Oi Móvel e aquisição das licenças das frequências ocorrido no 4T21.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi positivo em R\$ 9.429 milhões, representando uma queda de 6,4% em relação ao exercício de 2021. Mesmo apresentando uma boa performance operacional representado pela Receita e EBITDA Ajustado, essa linha foi impactada pelo pagamento das licenças e obrigações referentes ao leilão de frequências no valor de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 8.620 milhões, representando um aumento de 28,9% em relação ao exercício de 2021, refletindo o pagamento pelos ativos adquiridos da Oi Móvel no valor de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento fechou em R\$ 3.489 bilhões, multiplicando por quase 5 vezes o valor reportado em 2021. Este desempenho é consequência da redução na tomada de novos financiamentos e do aumento dos desembolsos com contratos de arrendamento de sites de telefonia móvel após o recebimento dos ativos da Oi Móvel.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera suas receitas em moeda local, a partir da prestação de serviços de telecomunicações com telefonia móvel, fixa, e ultra banda larga, além de serviços de valor agregado, que também incluem a transmissão de dados. Outro componente da receita é o uso de rede ou receita de interconexão, proveniente do valor cobrado a demais operadoras pela terminação do tráfego na rede da TIM S.A.. A receita de produtos também integra ao grupo de receitas, referente à venda de aparelhos celulares, acessórios e outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Considerando que a TIM S.A tem mais de 90% de suas receitas produzidas por clientes dos serviços de telefonia móvel, o principal elemento operacional que afeta os resultados dessa empresa é a dinâmica da base de acessos móveis.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é basicamente composta por moeda local, não sendo assim afetada por possíveis variações cambiais. É impactada diretamente por alterações na sua base de clientes, variações no volume de uso e modificações nas tarifas cobradas em função de novo plano tarifário, lançamento de produtos ou introdução de promoções. A Companhia pode ajustar os preços de sua tarifa ao público desde que compreendidos no preço limite homologado pela ANATEL, o valor máximo fica sujeito a um reajuste anual conforme o comportamento da inflação. Em muitos casos, apesar da ANATEL permitir reajustes, a forte competição no setor acarreta reduções nas tarifas praticadas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação: Possíveis aumentos na taxa de inflação podem acarretar maiores custos para Companhia e consequentemente redução de margens. Em caso de forte cenário inflacionário, o governo poderá adotar uma política monetária mais austera, como aumento da taxa de juros, reduzindo e encarecendo a oferta de crédito e, consequentemente, afetando nossos consumidores de serviços de telecomunicações.

Taxas de juros: As despesas financeiras da Companhia são afetadas por flutuações do CDI (Certificado de Depositário Interbancário). A Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

Taxa de câmbio: Conforme mencionado no item 2.2 subitem “b”, A receita da Companhia é basicamente composta por moeda local, não sendo assim afetada por possíveis variações cambiais. Com relação ao resultado financeiro, conforme mencionado no item 2.1 subitem “b”, a companhia possui operações de *swap*, com o objetivo de proteger-se dos riscos de variação cambial e de taxas em suas operações de empréstimos e financiamentos. recebimento dos ativos da Oi Móvel.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não existiram mudanças significativas nas práticas contábeis em 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há opinião modificada e ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No dia 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A., após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela Anatel, anunciou a conclusão do processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel"). Com a conclusão da transação, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A., empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

TIM OBTÉM DIREITO AO EXERCÍCIO DA 8ª TRANCHE DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO NO BANCO C6

Em outubro de 2022, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 8ª tranche do bônus de subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 8º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada potencial de 5,52% no capital social do C6, sujeito ao resultado da arbitragem em curso.

ALTERAÇÕES AO PREÇO DE FECHAMENTO AJUSTADO DA AQUISIÇÃO DOS ATIVOS MÓVEIS DA OI E INÍCIO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Em Fato Relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, a TIM S.A. comunicou que as "Compradoras" (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. ("Vendedora") identificaram divergências em premissas e critérios de cálculo que, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("SPA"), justificam uma proposta de alteração no Preço de Fechamento Ajustado ("PFA"), em benefício da TIM, de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Além das diferenças referentes ao PFA, foram identificadas divergências referentes aos contratos da empresa de propósito específico Cozani com empresas prestadoras de serviços de infraestrutura móvel (aluguel de sites/torres), que ensejam, nos termos do SPA, uma indenização da Vendedora à TIM de aproximadamente R\$ 231 milhões. Em consequência das divergências, o montante de R\$ 634 milhões que estava retido pela TIM não foi transferido a Vendedora.

Em Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2022, tendo em vista a violação expressa da Vendedora aos mecanismos de resolução de disputas previstos no SPA, a TIM comunicou que não restou alternativa às Compradoras senão ingressar, na referida data, com procedimento arbitral junto à Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão em face à Vendedora para que determine o valor efetivo do ajuste ao PFA, na forma do SPA.

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, a Companhia foi surpreendida por notícias veiculadas pela imprensa e por Fato Relevante divulgado pela Vendedora na referida data, de que havia sido proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

vinculada ao processo de recuperação judicial da Vendedora, onde ficará acautelado até posterior decisão de juízo arbitral.

A TIM recorreu da decisão e em 17 de outubro de 2022 o Superior Tribunal de Justiça, em decisão monocrática, rejeitou o recurso da TIM e das outras Compradoras. Assim, em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Conforme demonstrado no item 2.5 subitem “b”

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	DESCRIÇÃO	2022
Reconciliação EBITDA	Em milhões de reais	
	Lucro Líquido	1.671
	Depreciação & Amortização	6.827
	Resultado Financeiro Líquido	1.439
	Imposto de renda e cont. social	50
	EBITDA	9.987
	Equivalência Patrimonial	62
	EBITDA Ajustado	10.049

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um indicador útil para medir seu desempenho e altamente utilizado no setor do qual a Companhia faz parte. Como essa premissa em mente a TIM S.A. usa uma métrica de EBITDA Ajustado, na qual retira os efeitos da equivalência patrimonial para produzir uma leitura mais adequada sobre os resultados das operações do Grupo.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O parágrafo 2º do artigo 46 de nosso estatuto social tem a seguinte redação:

“O saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios sociais, incluindo, mas não limitado a: investimentos em infraestrutura, e em desenvolvimento de produtos e serviços. A reserva prevista neste Parágrafo 2º não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social.”

a. regras sobre distribuição de dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu estatuto social, a Companhia deve distribuir como dividendo mínimo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente e os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinente, os quais poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições quanto à distribuição de dividendos, exceto aquelas estabelecidas por lei.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A companhia possui Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021 divulgada no site da companhia (<https://ri.tim.com.br/esg/regulamentos-epoliticass/>).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros itens relevantes, que não sejam registrados em seu Balanço Patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros itens relevantes, que não sejam registrados em sua Demonstração Financeira.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não Aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

as grandes transformações setoriais, iniciadas em 2021, ganharam corpo em 2022 com: (i) o lançamento da cobertura 5G nas capitais do país; (ii) o fechamento da transação de compra Oi Móvel e posterior início de integração dos ativos adquiridos; e (iii) início da operação de banda larga sob o modelo *asset-light* após a criação da empresa de infraestrutura de fibra ótica i-Systems.

- I. Lançamos o 5G em julho, começando pela capital federal, Brasília. Em seguida, iniciamos a operação com a nova tecnologia em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro até atingir todas as capitais em novembro de 2022. Lideramos a cobertura 5G no Brasil em quantidade de *sites*, cobrindo mais de 80% da população de alguns mercados chave.
- II. Em abril de 2022, ocorreu o fechamento da transação de compra dos ativos móveis da Oi, onde adquirimos espectro, clientes e contratos para direito de uso de torres. A Companhia declarou que espera gerar aproximadamente entre 9 e 12 bilhões de Reais em valor, já descontando os 7,3 bilhões de Reais do preço de compra. A partir de maio, o trabalho de integração dos ativos começou com foco em três frentes: integração da rede móvel (espectro, equipamentos e *sites*), migração de clientes dos sistemas da Oi para os nossos sistemas e descomissionamento de sites com sobreposição.
- III. Após a conclusão da transação com a IHS Brasil em novembro de 2021, foi criada a empresa i-Systems, da qual a TIM detém 49% do capital. Esta passou a ser a nossa provedora da infraestrutura de última milha para o serviço de ultra banda-larga. Ao longo de 2022, nos beneficiamos dessa parceria para acelerar a migração dos clientes da tecnologia baseada em fibra+cobre (*Fiber-To-The-Cabinet*) para a baseada 100% em fibra (*Fiber-To-The-Home*).

Com relação aos investimentos previstos a companhia divulgou Fato Relevante em 17 de fevereiro de 2023, da construção do Plano Estratégico 2023-2025 e seu *guidance*. Em resumo, a companhia projeta:

Uma melhora na dinâmica geral dos negócios, impulsionada pela combinação de uma maior base de receita com sólida tendência de recuperação de margem e melhores oportunidades de eficiência de CAPEX e um caminho claro para otimização dos gastos com arredamentos. Essa dinâmica irá proporcionar uma expansão de fluxo de caixa, gerando espaço adicional para remuneração dos acionistas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são financiados principalmente por geração própria de caixa e empréstimos de bancos de fomento e comerciais. Os detalhes sobre os empréstimos e financiamentos estão disponíveis no item 2.1, subitens “d” e “e”.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos anos de 2022.

2.10 Planos de negócios

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
- c. novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
 - i. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas ou projetos já divulgados em andamento.

2.10 Planos de negócios

a. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a TIM renovou a sua matriz de materialidade à luz de novas tendências, que consideram impactos nas perspectivas financeira e socioambiental, a chamada dupla materialidade. A construção da nova matriz englobou as etapas de definição, identificação, priorização, análise e validação, com a realização de 1.040 consultas a diversos stakeholders da Companhia. Ao final do processo, foram apontados oito temas materiais para a TIM, conforme quadro a seguir:

Tema material	ODS
Inovação e tecnologia	8, 9 e 11
Inclusão digital e conectividade	1, 5, 9,10 e 11
Privacidade e segurança de dados	16
Eficiência energética	7, 12 e 13
Qualidade dos serviços	9
Saúde, bem-estar e segurança	3, 5 e 8
Ética, integridade e compliance	16
Transparência e relacionamento com os públicos prioritários	12 e 16

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia entende já ter comentado todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional nas seções anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de julho de 2020, bem como um processo de Enterprise Risk Management (ERM), aprovado pelo Steering Committee ERM, com base nas melhores práticas de mercado, tem como finalidade identificar potenciais eventos cuja ocorrência poderia afetar o atingimento dos principais objetivos da Companhia.

Para alcançar este objetivo, a função R&C – Enterprise Risk Management desempenha um papel de "facilitador" na divulgação da metodologia ERM, visando definir um quadro unificado e atualizado da exposição ao risco, permitindo uma gestão de riscos consciente.

1. Objetivo e campo de aplicação

O processo ERM tem por objetivo constituir uma base de riscos confiável para tomada de decisão e planejamento da Companhia, suportando as decisões da Administração, bem como auxiliar a empresa no gerenciamento de riscos e melhorar a identificação de ameaças e oportunidades, possibilitando o atingimento dos objetivos estratégicos e minimizar ou prevenir os riscos socioambientais. Além de identificar o perfil de risco da Companhia durante o período do Plano (ano civil) e reconduzi-lo para o nível aceitável em relação às medidas de mitigação apropriadas.

O Processo ERM na TIM S.A. foi elaborado de acordo com a metodologia definida pelo Grupo Telecom Itália em termos de:

- fases e atividades relacionadas;
- cronograma;
- papéis e Responsabilidades dos principais *Stakeholders*;
- KPO e SLA do processo.

2. Atores do processo ERM

O processo ERM é implementado seguindo uma abordagem integrada do Grupo em termos de risco, e envolve múltiplos atores.

2.1. Steering Committee ERM:

Supervisiona o processo ERM. É presidido pelo responsável da função Risk & Compliance e composto da seguinte forma:

- Responsável pela função de Risk & Compliance
- Responsável pela função de Business Support Officer (BSO);
- Responsável pela função de Chief Financial Officer (CFO);
- Responsável pela função de Chief Technology Information Officer (CTIO);
- Responsável pela função de Chief Revenue Officer (CRO); e
- Responsável pela função de Strategy, Customer Experience & Data Governance.

2.2. Funções de Controle:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, correspondem, em particular, a:

- Diretoria de Risk & Compliance: estritamente ao que concerne o processo de ERM, fornece inputs a função de R&C - Enterprise Risk Management pela temática de sua competência. Avalia os dispositivos de mitigação referentes à conformidade e, para as áreas de intervenção direta, garante a coordenação e monitoramento dos eventuais planos de mitigação; e
- Diretoria de Audit: estritamente ao que concerne ao processo ERM, identificar e compartilhar com a função R&C – Enterprise Risk Management as principais informações que são objeto de alinhamento entre as duas estruturas, com objetivo de aprimorar os respectivos processos de controle de 2º e 3º nível.

2.3. Função Organizacional:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a função:

- People, Culture & Organization: estritamente ao que concerne o processo de ERM, assegura que os processos publicados possuam todos os requerimentos necessários.

2.4. Funções de BSO:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a:

- Estritamente ao que concerne o processo de ERM, avalia o status dos dispositivos de mitigação referentes à proteção dos processos, particularmente com referência a segurança lógica dos processos.

2.5. Função de Planejamento:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a:

- Função de CFO - Planning & Control: estritamente ao que concerne ao processo ERM, assessorar e disponibilizar as informações para definição e monitoramento do Risk Appetite e Risk Tolerance.

2.6. Process Owner:

Corresponde, em geral, ao primeiro reporte hierárquico ao Presidente (CEO) e ao Conselho de Administração. São identificados de acordo com o tipo de risco/processo.

- São responsáveis por indicar os riscos relacionados aos seus processos.
- São responsáveis pela avaliação, gestão e monitoramento dos riscos com impacto sobre seus processos (ou parte deles).
- São responsáveis pela definição e implementação dos projetos de mitigação dos riscos e/ou planos de contingências.
- São responsáveis pelas documentações encaminhadas como evidência durante as etapas de Risk Assessment e Risk Response.
- São responsáveis pelos resultados dos indicadores (KRIs e Appetite ao Risco).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção; e**
- ii. os instrumentos utilizados para proteção**
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

O objetivo do Risk Assessment é a identificação e avaliação dos riscos para a companhia que possam impactar o atingimento dos objetivos do plano, com foco particular sobre os objetivos que foram definidos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

para o Risk Tolerance e Risk Appetite. Os riscos devem ser identificados a partir das entrevistas com os Process Owners e avaliados de acordo com dois direcionadores: Nível de Risco Inerente e Nível de Monitoramento, consequentemente, sendo posicionados no mapa de riscos da companhia.

Tal processo permite identificar e gerenciar os riscos de forma homogênea dentro das empresas do Grupo TIM, destacando potenciais sinergias entre as funções envolvidas no Sistema de Controles Internos da Companhia.

A "Definição do Appetite ao Risco e Tolerância ao Risco" consiste nas seguintes etapas:

- A cada ano, a função R&C - Risk Management, em conjunto com a função CFO - Planning & Control inicia um novo ciclo do Processo de ERM, com base nos objetivos do Plano Industrial, definindo o Risk Appetite da companhia para este novo ciclo;
- Os Process Owners devem identificar os processos de sua área que serão destinados a alcançar os Objetivos Estratégicos, por sua capacidade de criar valor e importância para a competitividade da companhia, e em seguida, devem encaminhar para a Função R&C - Enterprise Risk Management as propostas de KRIs de Tolerância ao Risco.
- A proposta de definição do Risk Appetite, Risk Tolerance e seus KPI/KPO correspondentes é submetida à validação pelo Steering Committee ERM que, em seguida, informa ao Comitê de Controle e Riscos (CCR).
- O Risk Appetite deve ser encaminhado ao Conselho de Administração (CdA) para discussão e aprovação em linha com o Plano Industrial aprovado.

Monitoramento e Controle do Appetite ao Risco e Tolerância ao Risco

Trimestralmente a função R&C - Enterprise Risk Management solicita a cada um dos Owners responsáveis pelos KRIs os valores obtidos no último trimestre, assim como solicita à função CFO – Planning & Control os valores relativos ao Appetite ao Risco, para monitoramento da evolução destes indicadores.

Caso o resultado do monitoramento trimestral indique a extrapolação dos níveis estabelecidos para os KRIs, a função R&C - Enterprise Risk Management, com o apoio da função CFO - Planning & Control, verifica junto aos respectivos Process Owners o motivo da extrapolação do nível de Appetite e/ou do nível de Tolerância ao Risco para os KRIs definidos.

Após identificar os motivadores, o Process Owner deve verificar a necessidade de definição de Plano de Contingência, com objetivo de reduzir a exposição para os níveis definidos de aceitabilidade e compartilhar o acompanhamento dos resultados com a função R&C - Enterprise Risk Management. A função R&C - Enterprise Risk Management deve, com o auxílio do Process Owner, apresentar o Plano de Contingência e/ou as devidas justificativas ao ERM Steering Committee para sua validação e, sucessivamente, ao CCR, em caso de extrapolação do nível de Tolerância ao Risco; enquanto que, no caso de extrapolação do nível de Appetite ao Risco o plano deve ser apresentado ao CdA.

Input, output e fornecedores.

Os *inputs* da “Definição do Contexto”, que confluem na definição do apetite ao risco da companhia e indicadores de tolerância ao risco, são constituídos por:

- definição do Plano Industrial;
- indicações dos Process Owner;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- resultados do Ciclo ERM anterior.

Os *outputs* resultantes desta atividade são:

- proposta de Risk Appetite e Risk Tolerance;
- proposta das métricas relativas (KPI);
- proposta dos níveis de tolerância para os objetivos (KPO).

Definição do Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação

O objetivo da "Definição do Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação" consiste em definir e atualizar o documento contendo a descrição das principais características de todos os riscos identificados, e dos relativos dispositivos de mitigação.

A função R&C – Enterprise Risk Management é responsável pela gestão e atualização tanto do Universo de Risco (com frequência anual ou com base em mudanças no perfil de risco) como dos Dispositivos de Mitigação. O Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação constituem a base de referência para a implementação das entrevistas com os Process Owners.

Esta fase possui como principal atividade a coleta de inputs necessários para definição/atualização do Universo de Risco, que ocorre da seguinte forma:

- realização das Entrevistas com os Risk Owners;
- avaliação do nível de risco inerente;
- avaliação do nível de monitoramento;
- avaliação da adequação do status dos dispositivos de mitigação (Gap Analysis); e
- atualização do universo de riscos e validação do Perfil de Riscos.

Input necessário para a atividade preparatória para o Risk Assessment

A função R&C – Enterprise Risk Management, com base nos inputs fornecidos por Audit e demais funções de Compliance, nas informações fornecidas pelos *Process Owners* e resultados do ciclo ERM precedente, realiza uma atividade preparatória para identificação e atualização do Risk Universe.

Em detalhe, a função R&C – Enterprise Risk Management recebe:

- das demais funções de Compliance, informações sobre os resultados de suas análises sobre os riscos de “não conformidade” relacionadas ao seu perímetro de análise; e
- da função Audit, os resultados dos testes de auditoria com o relativo Plano de Ação, o que poderia levar à identificação de novos riscos ou uma variação na avaliação do nível de monitoramento dos riscos existentes.

Além disso, a função R&C – Enterprise Risk Management pode solicitar:

- as diretrizes do Plano Estratégico e contribuições ao Plano pelas principais funções (Exemplo: Business Review, outros...) e a evidência do Plano Industrial assim que estiver disponível;
- eventual esclarecimento sobre as mudanças organizacionais e de mudanças nos processos, no período de referência, para as funções competentes de People, Culture & Organization;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- ao CdA e outros Órgãos Colegiados, eventual informação/opinião sobre riscos específicos de particular relevância;
- outras estruturas organizacionais da Companhia, qualquer aspecto relevante, a partir de sua própria competência, em relação à identificação e gestão dos riscos corporativos.

É da responsabilidade dos diferentes atores envolvidos, comunicar à função R&C – Enterprise Risk Management qualquer atualização/mudança em matéria de documentação/informações fornecidas.

Identificação/Atualização dos Dispositivos de Mitigação

Cada risco identificado no Universo de Risco é acompanhado do Dispositivo de Mitigação, ou por um conjunto de atividades e regras formais para assegurar o correto funcionamento dos processos, a fim de mitigar os potenciais efeitos dos riscos a estes relacionados.

Cada risco é associado ao mesmo conjunto de dispositivos (padronizado). Estes dispositivos são agrupados nas seguintes categorias:

- **Avaliação de Governança:** Documento de descrição do processo (normativo atual), evidências de KPIs/KPOs e relação de sistemas e ferramentas para gestão do processo;
- **Avaliação e Monitoramento:** Indicação de um documento onde estejam evidenciadas as atividades de monitoramento e reporte;
- **Avaliação de Tutela:** Definição da modalidade operacional, voltada a gerir os aspectos de:
 - potencial comportamento não conforme relacionado ao risco em análise (sob responsabilidade das demais funções de Compliance: Governance & Integrity Compliance / Processes & Financial Compliance / Technical Compliance);
 - continuidade das Operações (sob responsabilidade da função de BSO);
 - antifraude (sob responsabilidade da função de BSO);
 - segurança Lógica (ex. provisão, integridade e disponibilidade dos dados, Cyber Attack) (sob responsabilidade da função de BSO); e
 - a cada dispositivo é atribuído um peso, de tal forma que a soma dos pesos de todos os dispositivos deve ser igual a 100%.

Da soma dos produtos de cada peso atribuído aos dispositivos e seus status, se obtém o nível de monitoramento do risco. Cada risco será classificado como:

- **Não Monitorado:** quando o nível de monitoramento < limiar de monitoramento inferior;
- **Monitorado:** quando o nível de monitoramento >= limiar de monitoramento superior; e
- **Parcialmente Monitorado:** quando o nível de monitoramento está compreendido entre os dois limiares.

O Limiar de Monitoramento deve ser definido pela função -R&C – Enterprise Risk Management e apresentado ao Steering Committee ERM quando apresentado o perfil de risco.

i. os riscos para os quais se busca proteção:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Talvez não possamos implementar com sucesso nossa estratégia de negócios.

A Companhia possui uma estrutura para avaliar e direcionar as estratégias da Companhia bem como mitigar os riscos inerentes a essa estratégia, com a realização de um planejamento estratégico e monitoramento das alterações nos fatores macroeconômicos, regulatórios e de mercado.

A área de Enterprise Risk Management foi implementada com o objetivo de “Definir os critérios de risco corporativo da empresa, gerenciar ferramentas de apoio à avaliação dos riscos e dar suporte às funções na identificação do perfil de risco em relação às diretrizes corporativas, no desenvolvimento de gap analysis, realizando o monitoramento da implantação das ações de mitigação dos riscos pelas respectivas funções”. baseado nas melhores práticas de mercado e o framework COSO.

b) Enfrentamos concorrência crescente de outros fornecedores e serviços, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

- A Companhia possui um processo de análise de concorrência do mercado, que avalia e monitora o desempenho dos concorrentes e a participação de mercado da Companhia.
- Utiliza de técnicas de realocação de recursos no processo de planejamento (orçamento) também com base nas avaliações de potenciais desvios dos objetivos planejados decorrentes do evento em análise.
- Existência de análise custo-benefício de medidas de confinamento do objetivo planejado.
- Monitoramento e geração de relatórios.
- Definição de atividades de monitorização para a resposta ameaças competitivas e relatórios padrão.
- Presença de um fluxo de comunicação interna entre as áreas envolvidas para a análise de ameaças competitivas.
- Definição de procedimentos operacionais para gerenciar aspectos comportamentais potenciais em desacordo quanto ao risco em análise.

c) Podemos não conseguir responder à tendência de consolidação no mercado brasileiro de telecomunicações.

A Companhia realiza constantemente análises e estudos estratégicos e regulatórios com vistas identificar e/ou antecipar tais movimentos, bem como para manter seu Conselho de Administração e Diretoria Estatutária a par de eventuais oportunidades ou desafios relativos ao mercado brasileiro.

d) Podemos enfrentar dificuldades em responder a novas tecnologias de telecomunicações.

A companhia possui uma estrutura especializada e direcionada para pesquisa e desenvolvimento de inovações e tendências de mercado. Além disso, é realizado anualmente um planejamento de longo prazo sobre os investimentos em rede, definindo os objetivos e metas a serem atingidas.

A definição de investimento na área de tecnologia é feita com antecedência mínima de 3 anos, divulgada sempre no plano Trienal da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

e) Nossas operações dependem da nossa capacidade de operar eficientemente nossos sistemas e controles sujeitos a falhas que podem afetar nossos negócios e nossa reputação.

A companhia possui procedimentos e práticas de governança dos seus sistemas que são adotados desde a aquisição/desenvolvimento até a gestão dos mesmos. As práticas de governança visam garantir a integridade, confiabilidade e disponibilidade dos sistemas. Adicionalmente, a Companhia possui práticas de monitoramento contínuo da rede, de forma a identificar e responder tempestivamente eventuais falhas, além de um Plano de Resiliência da Rede no qual são direcionadas ações que visam aprimorar a rede e reduzir o risco de falhas.

Ademais, a Companhia possui um plano de infraestrutura dos sistemas para manutenção e aprimoramento, e práticas de monitoramento da operação dos sistemas.

Além disso a área de Garantia da Receita trabalha para garantir a bilhetagem e correto faturamento de todas as chamadas realizadas dentro e para a nossa rede.

f) Nossos negócios dependem de nossa capacidade de expandir nossos serviços, mantendo a qualidade dos serviços prestados e uma experiência positiva do cliente.

A Companhia possui um plano de qualidade da rede que direciona as ações necessárias para aprimorar a qualidade e um planejamento de investimentos em rede onde são consideradas as necessidades para expansão dos serviços mantendo o nível de qualidade necessário para atendimento aos clientes. Além disso, existe um Comitê que avalia periodicamente o nível de qualidade da rede, nível de reclamações, nível de satisfação e o andamento das ações de melhoria planejadas.

- Existe um modelo de avaliação de desempenho de investimento para a Companhia, onde são propostas melhorias, com ações eficazes para alteração do quadro caso necessário;
- Procedimento para avaliação de performance e monitoramento em tempo real;
- Existência de área específicas, para atender o órgão regulador.

g) Enfrentamos vários riscos de segurança cibernética que, se não forem tratados adequadamente, podem ter um efeito adverso em nossos negócios.

Ferramentas e mecanismos de proteção foram implementados para prevenir a ocorrência de ataques cibernéticos. Como, por exemplo, em 2017 foi melhorado o Network Access Filtering, em 2018 foram implementados o Anti DDOS, DNS Evolution, WAF, Virtual Patching, em 2019 foi implementado um serviço de inteligência para identificação de ameaças, em 2020 foram implementados o Multi Factor Authentication, DLP, Mobile Application Management, análise de vulnerabilidade contínua em grande escala; em 2021 foram implementados a Plataforma de Divulgação Responsável (Bug Bounty), Proxy baseado em nuvem e nova plataforma PAM baseada em nuvem. Por se tratar de um tema em constante evolução, em que há uma evolução permanente dos mecanismos utilizados para romper a nossa proteção, novas ferramentas e mecanismos de proteção estão em desenvolvimento ou em implementação.

Além disso, foi realizado um reajuste de governança no processo de prevenção a ataque cibernético com a implementação de novos procedimentos (por exemplo, ICT Risk Management, Detecção e Prevenção de Invasão, Política de Senhas), novos controles e investimentos na prevenção, tratamento de incidentes e equipes de monitoramento.

A TIM S.A conduz suas atividades com base na ISO 27001 - norma internacional que descreve as melhores práticas para a gestão de segurança da informação - e NIST (Cyber Security Framework) que apoia a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

gestão e redução do risco de segurança cibernética. Em 2020, a função de Cyber & ICT Security realizou uma avaliação dos requisitos de certificação, identificando um nível de conformidade já superior a 90% dos requisitos, e fará os ajustes necessários para obter a certificação em 2022.

h) Certos acordos de dívida de nossa subsidiária contêm cláusulas financeiras e qualquer inadimplemento de tais contratos de dívida pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e fluxos de caixa.

A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (86% do total), sendo aproximadamente 33% composta por empréstimos em moeda estrangeira (USD e EUR), totalmente protegida por hedge para moeda local.

O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 9,5% a.a em 2021, comparado com 2,5% a.a. em 2020.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,39x em 2021, uma redução comparada aos 0,67x de 2020.

A política austera dos níveis de endividamento permite a Companhia maior flexibilidade no seu balanço.

i) Devido à natureza de nossos negócios, estamos expostos a inúmeras ações judiciais, reclamações de consumidores e processos tributários.

A Companhia possui estruturas e processos especializados no tratamento de ações judiciais e processos tributários. Realiza monitoramento das ações judiciais em andamento e possíveis impactos. Além disso, é realizado um trabalho preventivo, direcionando a corrigir/alterar práticas que possam estar causando um maior número de ações judiciais. Adicionalmente, a Companhia realiza ações para melhorar a experiência do cliente com o objetivo de diminuir as reclamações dos consumidores.

j) Qualquer modificação ou rescisão de nossa capacidade de usar o nome comercial "TIM" poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Vide item licenças sobre o uso da marca.

k) Estamos sujeitos ao risco de crédito relacionado aos nossos clientes.

A Companhia possui mecanismos de análise e monitoramento do nível de crédito e inadimplência, com indicadores e limites pré-determinados, que são periodicamente reportados a diretoria. Além disso a Companhia possui políticas definidas para concessão de crédito adequadas com os perfis dos clientes.

Além disso, disponibilizamos em nosso portfólio um plano híbrido entre o pré e pós pago onde o risco de inadimplência é atrelado ao cartão de crédito que possui um nível maior de *balance score card*.

l) Podemos estar sujeitos a responsabilidade relacionada à terceirização de determinadas funções para provedores de serviços terceirizados.

A Companhia possui processo de análise para terceirização e internalização de serviços, que verificar aspectos operacionais e trabalhistas. Além disso, é realizado acompanhamento pós terceirização, de forma a verificar a adequação aos objetivos estipulados, visando mitigar os riscos para a Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

m) Dependemos de fornecedores principais, certos insumos e relações contratuais com outros provedores de telecomunicações que são críticos para nossa capacidade de fornecer serviços de telecomunicações a nossos clientes.

Dentre os procedimentos de avaliação dos fornecedores é realizada a análise do nível de dependência do fornecedor. Ademais, é realizado um monitoramento dos fornecedores chave, de forma a proteger a Companhia da dependência e buscar possíveis alternativas.

n) Nossa infraestrutura pode ser danificada como resultado de desastres naturais ou outros eventos inesperados.

A Companhia possui práticas e processos que visam garantir a continuidade das operações em eventos de crise, com atividades, responsabilidades e fluxo de comunicação definidos. Estão incluídos processos definidos de recuperação das informações, provendo agilidade no retorno das operações.

Além disso, a Companhia possui um monitoramento sobre as licenças e alvarás, de forma a estar com a documentação atualizada, visando assegurar que a infraestrutura está protegida contra certos tipos de desastres como incêndio e explosões.

o) Usamos previsões de demanda para fazer investimentos, no entanto essas previsões podem, em última instância, ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em menores receitas do que o esperado.

A Companhia possui processos estruturados para auxiliar no processo de tomada de decisão na alocação de recursos para investimentos, bem como o monitoramento dos indicadores relacionados ao retorno em relação aos seus objetivos estratégicos. A Companhia possui ainda um Procedimento Operacional, aprovado pela Diretoria Executiva, relativa a Projetos de Investimentos.

p) Nossos processos de governança e conformidade podem falhar em evitar penalidades regulatórias e danos à reputação.

Cada área de negócios é responsável por garantir os controles de 1º nível. Além disso, a companhia possui uma estrutura de controle de 2º nível, correspondente às funções de Risk & Compliance e – Enterprise Risk Management, com foco em mitigar as falhas de governança e possíveis não conformidades. Adicionalmente, a existência de uma função específica para tratamento de temas regulatórios. Ainda, a companhia conta com uma função de 3ª linha de defesa, representada por Audit.

A Companhia possui ainda políticas e práticas anticorrupção, incluindo a realização de treinamentos, disseminação do código de ética e conduta e a disponibilização de canal de denúncias.

q) A Anatel nos classificou como um grupo econômico com poder de mercado significativo em alguns mercados e agora estamos sujeitos a maior regulamentação.

A Companhia possui uma estrutura e procedimentos para monitoramento e avaliação das regulamentações existentes e prospecção e antecipação a possíveis alterações nas regulamentações ou criação de novos regulamentos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

r) Como fornecedores de telecomunicações, estamos sujeitos a extensas obrigações legais e regulatórias no desempenho de nossas atividades, o que pode limitar nossa flexibilidade em responder às condições de mercado, concorrência e mudanças em nossa estrutura de custos ou com as quais podemos não estar em conformidade.

Item relacionado ao item “q”.

s) O governo brasileiro, sob determinadas circunstâncias, pode rescindir nossas autorizações ou podemos não receber renovações de nossas autorizações.

Vide item “e” / “q”.

t) Riscos à saúde reais ou percebidos ou outros problemas relacionados à tecnologia de telecomunicações móveis podem levar a litígios ou diminuição do uso de comunicações móveis, o que poderia prejudicar a nós e à indústria móvel como um todo.

A Companhia possui políticas e práticas para atender aos limites de emissão eletromagnética impostos pela legislação brasileira, que permitem o correto cálculo e instalação dos equipamentos e antenas.

u) Nosso acionista controlador tem poder sobre a direção de nossos negócios.

Em 2011, nossos acionistas aprovaram nossa adesão às normas do Novo Mercado e a transferência de negociação das ações emitidas por nós ao Novo Mercado. A fim de nos juntarmos ao Novo Mercado, celebramos um Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3 (BM&FBOVESPA). Através deste contrato, que entrou em vigência em 27 de julho de 2011, fomos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Além disso, a partir dessa data, nossas ações começaram a negociação no Novo Mercado, segmento da B3 (BM&FBOVESPA).

De acordo as Normas do Novo Mercado, não somos permitidos a emitir as ações preferenciais, bônus de participação ou qualquer tipo de ações com direitos de voto restritos. Como parte de nossa migração ao Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), nossas ações preferenciais deixaram de negociar em 2 de agosto de 2011. Em 4 de agosto de 2011, nossas ADRs representando as ações preferenciais deixaram de serem comercializadas na NYSE. A partir de 3 de agosto de 2011, tínhamos apenas ações ordinárias comercializadas no Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), usando o código “TIMP3” e partir de 5 de agosto de 2011, nossas ADSs representando as cinco ações ordinárias, em vez de dez ações preferenciais, começaram a serem negociadas na NYSE.

Desde o registro da extinta TIM Participações S.A., incorporada em 31 de agosto de 2020 pela TIM S.A, no Novo Mercado em julho de 2011, somos a única sociedade no setor brasileiro de telecomunicações registrada neste segmento da B3 (BM&FBOVESPA). Como parte de nosso registro no Novo Mercado, somos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Como parte de nosso forte compromisso com esses princípios, disponibilizamos nossas assembleias dos resultados financeiros do exercício financeiro de 2015 por teleconferência, smartphone e tablet, além de computador. Acreditamos que o registro no Novo Mercado fornece a maior liquidez e valor de nossas ações e nos permitir maior acesso aos mercados internacionais, promove o fortalecimento de nossa imagem corporativa e aumenta a confiança em nós, além de reafirmar o compromisso a longo prazo da Telecom Italia Group no Brasil.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Acreditamos que o registro no Novo Mercado também se alinha aos interesses entre nossos acionistas controladores e minoritários quanto aos direitos de voto, direitos de venda conjunta e política de dividendo.

O maior sinal deste alinhamento entre os interesses dos acionistas controladores e minoritários é a presença da garantia de 100% de *tag along* para os nossos acionistas minoritários.

v) As futuras aquisições ou investimentos em outras empresas, produtos ou tecnologias podem exigir uma atenção significativa na gestão, atrapalhar o nosso negócio, diluir o valor do acionista e afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

O processo de M&A é norteado por normativo de grupo (italiana) e da Tim Brasil. Dado a heterogeneidade dos diferentes tipos de operações (aquisições, alienações, fusões, joint ventures, alienação de unidades de negócio, presença de múltiplas contrapartes, restrições de confidencialidade etc.) os processos de M&A devem se adaptar caso a caso, como por exemplo, antecipando / adiando certas fases ou atividades, mas sempre respeitando os princípios gerais de controle interno do Modelo Organizacional da TIM S.A. contendo e mantendo princípios basilares, como a segregação de funções, a rastreabilidade dos atos e decisões e a devida conformidade com os vários níveis de aprovação.

Os processos de M&A, pela sua natureza, devem ser adaptados a diferentes tipos de estrutura que possam surgir, tendo em consideração a necessidade de ativar diferentes funções, que podem ser diferentes de projeto para projeto, e que sejam progressivamente envolvidos no progresso das atividades. Desta forma, é necessário criar grupos de trabalho multidisciplinares com o objetivo de:

- assegurar a contribuição dos diferentes conhecimentos especializados necessários para cada projeto, mantendo uma abordagem coordenada para garantir uma visão unificada;
- promover a eficiência, formando um único núcleo transversal de competências/habilidades especializado que permite uma seleção eficaz dos projetos a serem desenvolvidos;
- assegurar o controle dos riscos através da função relevante.

Todo o processo é realizado em conformidade com as disposições do Programa Anticorrupção TIM, e em particular para as joint ventures e aquisições, deve ser ativado um processo de due diligence anticorrupção para avaliar qualquer tipo de fator de risco.

Finalizada a fase de avaliações, deve ser elaborada a proposta operacional para solicitação das aprovações necessárias, como CAC e CdA. Em seguida a proposta deve ser apresentada a Contraparte e em caso de negociação bem sucedida, deve ser submetida à aprovação do CADE e ANATEL.

w) Quaisquer aquisições, parcerias ou joint ventures que façamos ou participemos podem atrapalhar o nosso negócio e prejudicar a nossa condição financeira.

Idem item “u”.

x) Enfrentamos vários riscos relacionados à pandemia da COVID-19, outras epidemias e surtos de saúde, que podem ter efeitos adversos significativos em nosso negócio, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa.

[A Companhia possui uma Equipe de Crise Operacional, que tem reuniões regulares, nas quais analisa os incidentes que possam afetar a continuidade dos negócios e suas respectivas respostas, se reuniu diariamente nos primeiros meses de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Nós respondemos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

rapidamente à pandemia adotando a modalidade de home office em âmbito nacional para 100% dos colaboradores diretos cujas atividades são passíveis de execução remota. A atuação das equipes de manutenção da infraestrutura passou a ser orientada pelo Plano de Contingência e Mitigação de Riscos para preservação da saúde dos colaboradores e continuidade operacional. Adicionalmente, a companhia adota ferramentas e softwares que flexibilizam o trabalho remoto em qualquer momento, como utilização de plataformas em nuvem, VPN, além de distribuição de notebooks, aparelhos móveis e chip de dados para seus colaboradores.

A Empresa está continuamente monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID- 19 em seus negócios. Também monitorando continuamente as respostas do governo e o desempenho econômico do país e acreditamos que uma prolongada desaceleração nas condições econômicas locais, regionais ou globais podem afetar os negócios da Empresa.

Com foco no bem estar, saúde e segurança de nossos trabalhadores, a TIM realizou pesquisas frequentes para acompanhar as necessidades dos empregados em relação aos processos de gestão de pessoas, o pacote de benefícios foi adaptado para a situação de home office, foram aplicadas pesquisas para mapear colaboradores e familiares integrantes de grupos de risco, segundo regras técnicas do CDC (Centers for Disease Control and Prevention), foi implantado atendimento médico por meio da Telemedicina, junto com os planos de saúde e em parceria com um dos principais hospitais do país, foram realizados testes de Covid-19, principalmente nas lojas, para identificação de colaboradores contaminados e o atendimento do Programa de Apoio Pessoal foi estendido para 24 horas, durante todos os dias da semana, para funcionários e familiares. Além disso, a TIM apoiou projetos voltados para a busca de soluções em prevenção e combate a Covid-19.

y) O uso indevido de nossas redes pode afetar adversamente nossos custos e resultados de operações

Exposição à ataques cibernéticos – conforme risco e processos mitigatórios descrito no item “g”.

z) Podemos ser incapazes de implementar nossos planos para expandir e melhorar nossas redes existentes no Brasil de maneira oportuna ou sem custos imprevistos, o que poderia dificultar ou impedir a implementação bem-sucedida de nosso plano de negócios e resultar em receita e lucro líquido inferiores ao esperado

O processo para implementação, expansão e manutenção de redes é normatizado de forma a garantir a eficácia dos processos de infraestrutura. Empregamos controles estruturados, ferramentas e procedimentos para cumprir prazos e evitar impactos em nossos negócios e resultados operacionais.

São realizadas verificações de oportunidade de melhoria indicando a necessidade de inclusão ou exclusão de grupos de Network Elements, além de análise de probabilidade e impacto e atualização do mapa de risco de acordo com dados levantados para classificar possíveis falhas (redundância local e/ou geográfica e obsolescência do software e/ou do hardware) de cada equipamento, conectividade ou da infraestrutura que provê a disponibilidade da rede da TIM.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Na busca para cumprir sua missão, a função de Enterprise Risk Management mantém relações com as seguintes funções:

- **Conselho de Administração (CdA):** Avalia a adequação do processo de Risk Management e do Steering Committee ERM. Ainda, avalia e aprova o Risk Appetite da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Comitê de Controle e Risco (CCR):** É informado sobre a definição do Risk Appetite da companhia, bem como sobre o andamento do processo de Risk Management.
- **Risk & Compliance:** Preside o Steering Committee ERM e assegura o fluxo de informações entre as partes interessadas no processo de Enterprise Risk Management na Companhia.
- **Steering Committee ERM:** Revisa, valida e monitora os aspectos operacionais e estratégicos do processo de Enterprise Risk Management na Companhia.
- **Diretoria de Audit:** Fornece inputs ao processo de gestão de riscos, por meio do reporte dos projetos de auditoria. Podem solicitar a função de Enterprise Risk Management informações referentes a riscos específicos.
- **Demais Gerencias de Risk & Compliance:** Fornece inputs a função de Enterprise Risk Management pela temática de sua competência, avalia os dispositivos de mitigação relativos à conformidade e garante a coordenação e monitoramento dos eventuais planos de mitigação.
- **Cyber & ICT Security:** Fornece inputs a função de Enterprise Risk Management pela temática de sua competência, avalia os dispositivos de mitigação relativos à segurança lógica e garante a coordenação e monitoramento dos eventuais planos de mitigação.
- **Owners dos Processos:** Realiza a avaliação, gestão e monitoramento dos riscos com impacto sobre seus processos (ou parte deles). Definição e implementação dos projetos de mitigação dos riscos e/ou planos de contingências.
- **People, Culture & Organization:** a função interage sobre questões específicas sobre quadro normativo interno.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Vide item 5.1 a. acima, no subitem “2 - Atores do processo ERM”.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

A administração da TIM S.A. é responsável por estabelecer e manter uma estrutura integrada e adequada de controles internos que se adapte aos ambientes operacionais e corporativos da Companhia, contribuindo para a redução de riscos a níveis aceitáveis e apoie a administração na tomada de decisões estratégicas e de governança da Companhia.

O Sistema de Controle Interno foi estruturado e implementado visando fornecer uma garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Devido a TIM S.A. possuir ações cotadas na NYSE (*New York Stock Exchange*) como Emissora estrangeira (*Foreign Issuer*), a Companhia também realiza ações que visam garantir a cobertura das exigências da Lei americana Sarbanes Oxley (*Sarbanes Oxley Act, 2002*) sobre seu Sistema de Controle Interno.

Desde 2006, a Companhia utiliza uma ferramenta sistêmica que se baseia na estrutura de controles internos estabelecida no *Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (CoSO)*.

A empresa tem por objetivo melhorar constantemente a qualidade dos seus controles internos. Isso pode resultar na modificação de determinados processos e operações, sem afetar necessariamente os controles relacionados. Durante este período, não houve quaisquer alterações em nossos processos, que tenham materialmente afetado ou que possa vir a afetar significativamente o Sistema de Controle Interno da Companhia.

Ressaltamos que, todo o Sistema de Controle Interno, não importa quão bem concebido seja, possui limitações inerentes e pode fornecer apenas uma garantia razoável de que os objetivos do Sistema de Controle Interno são atendidos.

A Administração avaliou seus controles internos sobre os relatórios financeiros, sob a supervisão do Diretor Presidente (CEO), e Diretor Financeiro (CFO), em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração os critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (CoSO)* e concluiu que o seu Sistema de Controle Interno é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

No âmbito de Tecnologia, a Companhia age na ótica *risk-based* (também em coerência com as abordagens mais avançadas para gerenciamento de risco corporativo). Os componentes relativos à segurança de tecnologia da informação são constituídos utilizando como principais referências os *frameworks Control Objectives for Information and Related Technologies (COBIT)* versão 5.0 e *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)*, bem como os padrões ISO/IEC 38500 e ISO/IEC 27001. O processo de gestão de Compliance e dos riscos tecnológicos visam a melhoria contínua do nível de risco corporativo, favorecendo programas de adequação dos processos de negócios, da infraestrutura tecnológica e a definição de prioridades de intervenção, dependendo do nível de risco e da criticidade das áreas operacionais envolvidas. Para este fim, o Compliance Tecnológico opera em consonância com o princípio de transparência e a conscientização sobre riscos relacionados com a utilização de tecnologia e aos processos de segurança da informação, com particular atenção para quaisquer deficiências identificadas e o andamento de seus processos de adequação.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A TIM S.A. possui estruturas organizacionais envolvidas nas práticas de controles internos, com o objetivo de fornecer uma garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

Conselho de Administração - CdA:

A missão da Administração é endereçar para avaliação e mitigação os riscos identificados pelas áreas de negócio da Empresa, garantindo que os objetivos e as metas da Empresa sejam alcançados respeitando a lei e os princípios de ética e de segregação de função.

Dentre as atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração da Companhia:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre questões estratégicas;
- b) aprovar políticas de gestão de riscos, código de ética e de conduta e conflito de interesses.
- c) fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; e
- d) aprovar a criação de Comitês, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos.

Comitê de Auditoria Estatutário – CAE:

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos a controles internos e gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes. Na execução de suas responsabilidades, o CAE manterá relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias, interna e independente e com o Conselho Fiscal da Companhia.

No que tange aos controles internos, dentre outras atribuições, cabe ao CAE:

- a) escolher, destituir e supervisionar os auditores independentes;
- b) supervisionar as atividades desempenhadas pela auditoria interna;
- c) supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- e) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia.

Comitê de Controle e Riscos (CCR):

- a) recomendar a adoção pelo Conselho de Administração de medidas de controle interno das atividades desempenhadas pela Diretoria, bem como opinar sobre a atribuição de novas funções aos Diretores;
- b) monitorar o cumprimento e a atualização periódica das regras de Governança Corporativa;
- c) recomendar procedimentos para melhor fiscalizar a gestão dos Diretores;
- d) tomar conhecimento do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- e) aprovar e monitorar o plano de trabalho da Área de Compliance;
- f) rever e avaliar os relatórios periódicos, destinados à avaliação do sistema de controle interno e gestão de riscos, bem como os relatórios periódicos das funções de Auditoria Interna (Internal Audit) e da Área de Compliance;
- g) solicitar informações à Diretoria sobre processos ou questões específicas da Companhia e/ ou de suas sociedades controladas, sempre que julgar apropriado;
- h) supervisionar e acompanhar as questões de responsabilidade social corporativa; e
- i) analisar outras matérias ligadas ao controle interno da Companhia.

CEO – Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar e coordenar as atividades dos demais Diretores e supervisionar a avaliação de controle interno realizada anualmente pela Administração no que tange à garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como quanto à integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

Áreas de Negócio

No âmbito de controles internos, competem às áreas de negócio:

- a) atualizar a documentação dos processos de negócio;
- b) definir plano de ação e implementá-lo para mitigação de qualquer vulnerabilidade relevante identificada em suas operações; e
- c) realizar a autoavaliação de seus controles internos de forma completa, adequada e transparente.

Diretoria de Risk & Compliance

No âmbito de controles internos, a Diretoria de Risk & Compliance é responsável pela gestão do Sistema de Controle Interno, Programa de Anticorrupção, Código de Ética e de Conduta, Partes Relacionadas, conflito de interesses, Tecnologia e Segurança da Informação, Certificação SOx e por definir os critérios de risco corporativo da TIM S.A., reportando periodicamente os avanços ao CAE e CCR, comitês vinculados ao Conselho de Administração da Companhia e tem como objetivo conduzir, anualmente, o processo de Certificação de Controles Internos & SOx na TIM S.A.

- a) monitorar, periodicamente, o desenho e a eficácia dos controles, propondo melhorias nos processos, com foco na redução da vulnerabilidade do Sistema de Controle Interno;
- b) auxiliar as áreas de negócio no desenvolvimento de planos de ação para aprimoramento do Sistema de Controle Interno, visando sempre que possível automatização de processos e controles;
- c) auxiliar as áreas de negócios no monitoramento preventivo da conformidade com vistas a assegurar o cumprimento de certificações, contratos, termos de compromisso, relatórios, legislação e normas;
- d) disseminar a cultura de controles internos e conformidade na Companhia; e
- e) gerenciar ferramentas de apoio à avaliação dos riscos, dar suporte às funções na identificação do perfil de risco em relação às diretrizes corporativas, no desenvolvimento do GAP Analysis, bem como no alinhamento com as funções envolvidas, realizando o monitoramento da implantação das ações de mitigação dos riscos.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, complementa a avaliação da eficácia dos controles internos (em nível de entidade, processos de negócio e de tecnologia da informação), reportando os resultados ao CAE, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

c) Se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando os cargos das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Como parte do processo de certificação anual do Sistema de Controle Interno, a TIM S.A. realiza a revisão dos controles sob a supervisão do Presidente Executivo (CEO), Diretor Financeiro (CFO), Diretor de Risk & Compliance e do CAE, colegiados ao Conselho de Administração da Companhia, bem como a execução dos testes de eficácia visando avaliar a efetividade do Sistema de Controle Interno.

Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutária (CAE) supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Administração e pelos auditores independentes, através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados do trabalho da Gerência Executiva de Governança de Processo, Risco de Negócios e Controles Internos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos.

d) As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

5.2 Descrição dos controles internos

Não houve recomendações no relatório do auditor independente que pudesse impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

e) Comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não foram detectadas deficiências significativas pelos auditores independentes na avaliação do Sistema de Controle Interno no exercício de 2022, demonstrando o alto nível de maturidade do ambiente de controles da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

As diretrizes e orientações atreladas aos princípios, valores e condutas esperadas da TIM, seus integrantes, terceiros, parceiros de negócio, fornecedores/prestadores de serviços que tenham relações comerciais e negociais com empresas do Grupo TIM Brasil ou aqueles que atuem em nome das empresas do Grupo, são dispostas no Código de Ética e de Conduta e na Política Anticorrupção da TIM S.A. Importante destacar que os compromissos assumidos pela Companhia nos documentos supramencionados estão em linha com as melhores práticas e com os princípios constantes do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, aderido pela TIM em 2008.

O monitoramento da aderência dos processos internos aos princípios, valores e condutas esperadas ocorrem trimestralmente, conforme dispõe o Modelo Organizacional da TIM S.A, instituído com base na análise dos processos e das relações corporativas públicas ou privadas, sensíveis a todas as normas de anticorrupção, incluindo a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, que aborda a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública e/ou privada; nacional ou estrangeira. Esse modelo é parte integrante do Programa de Compliance do Grupo Telecom Italia e atende às disposições do Decreto Legislativo da Itália nº 231/01, da Lei Anticorrupção e de normas internacionais sobre o tema, como a *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e a *UK Bribery Act*. O reporte dos 20 processos observados pelo Modelo Organizacional é realizado à alta liderança e aos conselheiros, que tomam ciência e monitoram os andamentos das medidas de controle e seus respectivos planos de ação para melhoria dos processos internos, a fim de garantir ao ambiente de negócio o máximo controle, prevenção e mitigação dos riscos de corrupção.

Possuímos uma Política Anticorrupção específica para balizar o relacionamento das empresas do Grupo Tim Brasil e seus parceiros de negócio no relacionamento com agentes públicos (<https://ri.tim.com.br/esg/regulamentos-e-politicas/>). A referida política visa assegurar que as Empresas do Grupo TIM no Brasil e todos aqueles que atuam em seu nome ajam em conformidade com as Leis Anticorrupção aplicáveis aos seus negócios (em destaque: a Lei nº 12.846/13, Decreto nº 11.129/2022, Decreto Italiano nº 231/01, USA FCPA e UK Bribery Act).

Em paralelo ao risco atrelado à corrupção, a Diretoria de Risk & Compliance orienta e monitora questões atreladas à Due Diligence de Fornecedor, Conflito de Interesse e contratação com Parte Relacionada.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Diretoria de Risk & Compliance, que tem como missão assegurar as conformidades dos processos empresariais ao quadro normativo (interno e externo), atua de modo independente, reportando-se ao Conselho de Administração – paralelamente ao reporte formal, a Diretoria de Risk & Compliance reporta-se funcionalmente à Direzione Compliance do Grupo Telecom Italia, visando, não apenas resguardar a coerência com as operações/direcionamentos da matriz, mas, também, a integridade e independência do monitoramento. O reporte

5.3 Programa de integridade

ao Conselho de Administração ocorre mensalmente e compreende o andamento dos trabalhos executados pela Diretoria de Risk & Compliance (ex.: gerenciamento do Canal de Ética e Compliance e do Canal de Conflito de Interesse; Due Diligence de Fornecedores; testes atrelados ao Modelo Organizacional etc.). Nesse sentido, considerando as atribuições do Conselho de Administração, os documentos institucionais, especificamente, Código de Ética e de Conduta, Modelo Organizacional, Política Anticorrupção e Política de Conflito de Interesse foram aprovados pelo referido Conselho – 24/03/2021, 09/02/2021, 27/02/2023 e 29/07/2020, respectivamente.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se, e com que frequência, os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e de Conduta da Companhia é aplicável a todos os órgãos sociais, administradores, colaboradores, executivos de todas as empresas do Grupo TIM Brasil, bem como pelos terceiros, parceiros de negócio e fornecedores/prestadores de serviços que tenham relações comerciais e negociais com empresas do Grupo TIM Brasil e todos aqueles que atuam em nome das empresas do Grupo TIM Brasil. Cabe destacar que conforme normativo interno, todos os contratos celebrados pela Companhia devem conter cláusula de *Compliance*.

Conforme previsto em seu Código de Ética e de Conduta, a TIM promove e dissemina o conhecimento do referido Código aos seus destinatários, disponibilizando-o a todos – o Código de Ética e de Conduta está disponível na intranet corporativa e no site eletrônico da TIM: <https://ri.tim.com.br/esg/regulamentos-e-politicas/> – e aplicando aos colaboradores, administradores e executivos treinamentos obrigatórios para a correta compreensão dos princípios e valores. Além desse treinamento, os executivos e colaboradores devem realizar o treinamento obrigatório atrelado à Política Anticorrupção da TIM S.A.

O Código de Ética e Conduta prevê a possibilidade de aplicação de sanções em caso de descumprimento do mesmo, sendo os respectivos casos analisados pelas Funções de People, Culture & Organization e Legal & Corporate Affairs, que discutem o tratamento que será dado aos casos sob análise.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

A gestão do Canal de Denúncias é interna, realizada por funcionários próprios da TIM S.A que utilizam sistema independente (de fornecedor específico) para a gestão.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

A TIM disponibiliza para os públicos interno e externo um Canal de Denúncias no formato bilingue (português e inglês), cujo acesso poderá ocorrer pela Intranet Corporativa, internet (<https://www.contatoseguro.com.br/pt/timbrasil>) e telefone, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5.3 Programa de integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

As denúncias podem ser realizadas de modo totalmente anônimo, não sendo necessário a inclusão de dados de identificação para a abertura de uma denúncia. Também, por meio de mecanismos específicos (non log policy) é garantida a não rastreabilidade do IP ou número de telefone de quem realizou a denúncia. A Companhia garante que (i) guardará sigilo sobre a identidade do denunciante, exceto quando houver lei em contrário ou decisão judicial, (ii) não tomará medidas de retaliação aos denunciantes. Tais garantias não afastam a possibilidade da Companhia tomar medidas disciplinares em desfavor do denunciante, por motivos alheios à denúncia, nesses casos sempre com a prévia avaliação colegial da Comissão de Apuração de Denúncias.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A gestão do Canal de Denúncias da TIM Brasil é realizada pela Função Audit, além desta Função também monitorar os resultados a fim de detectar eventuais fragilidades no sistema de controle interno e da gestão dos riscos.

c. número de casos nos últimos 3 (três exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não há casos com procedência nos últimos 3 exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia entende não haver outras informações relevantes que não divulgadas anteriormente.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a incorporação da TIM Participações S.A. ("TIM Participações"), que até a data da assembleia era de companhia controladora, pela TIM S.A. ("Incorporação"). A Incorporação fez parte de uma reorganização societária do grupo TIM, proporcionando maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional. Os negócios realizados pela TIM S.A. após a Incorporação foram os mesmos anteriormente realizados pela TIM Participações antes da Incorporação. Ao final da Incorporação, as ações da TIM S.A. passaram a ser negociadas no segmento de Novo Mercado da B3, além de ser listada em ADS na NYSE. Os acionistas da TIM Participações S.A. receberam 1 (uma) ação da TIM S.A. em troca de cada ação da TIM Participações que detinham, conforme os termos do Acordo de Fusão e Incorporação.

De toda forma, buscando manter documentado as informações da companhia após o ato societário, segue abaixo o histórico referente à TIM Participações:

- A área de Risk Management da TIM Participações foi implementada com o objetivo descrito no COSO Report-ERM Integrated Framework 2004, e atualização em 2017, Integrando o risco a Estratégia e Performance da companhia: "O gerenciamento de riscos corporativos é um processo criado pelo Conselho de Administração, Management e outras funções da estrutura empresarial que contribuem para a elaboração das estratégias de toda a organização; é destinado a identificar potenciais eventos que possam afetar os negócios da TIM Participações, para gerir o risco dentro dos limites aceitáveis e para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos corporativos".
- Em 2011, os acionistas da TIM Participações aprovaram a adesão às normas do Novo Mercado e a transferência de negociação das ações emitidas ao Novo Mercado. A fim de nos juntarmos ao Novo Mercado, celebramos um Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3. Através deste contrato, que entrou em vigência em 27 de julho de 2011, a TIM Participações foi obrigada a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Além disso, a partir dessa data, as ações da TIM Participações começaram a negociação no Novo Mercado, segmento da B3.
- De acordo com as normas do Novo Mercado, não é permitido emitir as ações preferenciais, bônus de participação ou qualquer tipo de ações com direitos de voto restritos. , Por conta disso, em 2 de agosto de 2011 as ações preferenciais da TIM Participações deixaram de ser negociadas e, em 4 de agosto de 2011, os ADs representando as ações preferenciais deixaram de ser negociados na NYSE, de modo que a partir de 3 de agosto de 2011, apenas as ações ordinárias estavam sendo negociadas sob o código "TIMP3" e, a partir de 5 de agosto de 2011, apenas ADSs representando cinco ações ordinárias em vez de dez ações preferenciais, passaram a serem negociadas na NYSE.
- Por fim, com o registro da TIM Participações no Novo Mercado em julho de 2011, ela foi a primeira sociedade no setor brasileiro de telecomunicações registrada neste segmento da B3.
- Como parte de nosso forte compromisso com esses princípios, disponibilizamos nossas assembleias dos resultados financeiros do exercício por teleconferência, smartphone e tablet, além de computador. Acreditamos que o registro no Novo Mercado fornece a maior liquidez e valor de nossas ações e nos permitir maior acesso aos mercados internacionais, promove o fortalecimento de nossa imagem corporativa e aumenta a confiança em nós, além de reafirmar o compromisso a longo prazo do Grupo Telecom Italia no Brasil.